

A Saúde Emocional e o papel do CEEGED-UNILA para uma prática acolhedora e abordagem de gênero pelo viés interseccional em ambiente universitário marcado pelo paradigma da decolonialidade

Renata Peixoto de Oliveira^{*}

Maria Aparecida Webber^{**}

Carla da Conceição Mores Gastaldin^{***}

Introdução

O CEEGED-UNILA lida com o enfrentamento cotidiano de diferentes formas de violência e opressão, e, assim, compreende este debate a partir da proposta decolonial e interseccional, se propondo a realizar atendimentos e acompanhamentos que dignifiquem a condição humana da mulher, priorizando sua saúde emocional e formas de acolhimento que rompam com o ciclo de violências sucessivas e justapostas às quais são cotidianamente expostas nas sociedades e no meio universitário.

Em função dessa atuação, o texto nos guia em um verdadeiro relato de experiência do comitê de gênero e diversidade da UNILA, no que tange, de modo mais particular, a sua contribuição para o debate em torno da saúde emocional da mulher e de como

^{*} Doutora em Ciência Política pela UFMG. É professora permanente do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPG-PPD) e docente do curso de Relações Internacionais e Integração. Além de líder de grupo de pesquisa Centro de Estudos Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI-América do Sul) da UNILA.

E-mail: renatapeixoto.rii@gmail.com

^{**} Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná (PPGA - UFPR). Atua como servidora técnica em Educação na UNILA.

E-mail: webber.cidamaria@hotmail.com

^{***} Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Especialista em Políticas Públicas para a Infância e Adolescência pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Possui os títulos de Psicóloga e Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2005). É servidora da UNILA, atuando como Psicóloga.

E-mail: carla.gastaldin@gmail.com

práticas, protocolos, dinâmicas e atendimentos que se coloquem de forma compreensiva, empática, sem julgamentos, humanizada e acolhedora podem contribuir para um caráter libertador, não apenas em relação aos traumas e problemáticas vividas e apresentadas, mas também para a libertação de padrões que contribuem para o estabelecimento de um sistema pautado no machismo estrutural e institucional que permeia o patriarcado.

Neste trabalho, discorreremos sobre a atuação do comitê trazendo o debate para as interfaces entre ações voltadas para a saúde emocional das atendidas e os debates decolonial e interseccional que marcam os feminismos plurais, contribuindo não apenas para um olhar sobre a questão, mas para entendermos o peso destas reflexões em uma instituição que pretende romper com paradigmas hegemônicos como é o caso da UNILA.

Debate decolonial e interseccional: contribuições para se pensar as diferentes interfaces da saúde emocional

O projeto de modernidade europeu aportou em Aby Ayala promovendo o genocídio dos povos originários e o solapamento de civilizações em termos de cultura, religiosidade e tecnologias, ou seja, cosmovisões distintas foram substituídas por uma lógica, por um ponto de vista centrado na cultura do povo dominante e invasor. O grupo Modernidade e Decolonialidade vem alcançando, desde os idos de 1990, propor reflexões inovadoras que vão além das reflexões antes já plasmadas pelo pensamento pós-colonial nas ciências humanas, de maneira geral. Dentre os aspectos que são considerados basilares do pensamento decolonial, questões referentes à gênero e raça são postos como elementos de uma estrutura societal e de um modo de vida altamente hierarquizado. É dessa forma, que as normatividades se reforçam e estabelecem formas distintas de violência e opressão, desde físicas até aquelas que permeiam o campo das subjetividades.

Interessa-nos apontar, assim, a relevância de uma abordagem que considere relevante a tentativa de estabelecer serviços de atendimentos e acolhimentos que tenham uma perspectiva de gênero, a necessidade de um olhar interseccional, e que compreenda a relação entre diferentes dimensões, condições e questões, como, por exemplo, a relação entre gênero e raça, debate proposto no âmbito do feminismo negro estadunidense em meados do século XX. Além disso, ressalta-se esse prisma interseccional como condizente a decolonialidade e à necessidade de olhar para os elementos e componentes que persistem existindo, mesmo findo o período colonial em

nossas sociedades. Assim como outras nações deste continente, da Ásia e da África, a sociedade brasileira é profundamente marcada por esta experiência colonial que edificou uma estrutura marcada pela exclusão social, pelo preconceito racial, pelas desigualdades econômicas e regionais e pela desigualdade de gênero.

A situação de submissão e subalternidade das mulheres é bem anterior ao sistema colonial erigido por europeus quando do período das grandes navegações e das chamadas, de forma errônea, descobertas, já que o patriarcado marca a experiência humana, talvez, sendo a forma mais antiga de opressão, comum a diferentes povos e em diferentes períodos. Com a experiência colonial, tivemos a interseção das diferentes formas de opressão, principalmente, se considerarmos o papel das mulheres indígenas e africanas. Como citado anteriormente, mesmo após a emancipação política dos Estados nacionais latino-americanos, a influência colonial persiste nas diversas estruturas da vida, o que Quijano (2005) denomina como colonialidade do poder. É isso que precisamos entender e considerar ao nos voltarmos para à violência de gênero.

A partir das contribuições de outros autores e autoras do grupo de intelectuais, como Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2003; 2010), entre outros, ocorre o alargamento desse conceito, abarcando, dentre as suas esferas, o controle do gênero e da sexualidade, na tripla dimensão do “poder, saber e ser” (BALLESTRIN, 2013, p. 11).

Desde nossa condição colonial inicial, o patriarcado imperante qualificou as mulheres a um lugar de menor prestígio, lançando em especial as mulheres negras e indígenas ao último lugar da base da pirâmide social. Entende-se, portanto, que dentro do recorte de gênero, faz-se essencial a abordagem interseccional, que irá considerar estes outros marcadores sociais na compreensão mais complexa e completa possível de quem se é.

A psicologia é parte das ciências humanas e contribui enormemente na complexificação dos sujeitos e das sujeitas, uma vez que os/as olha de forma também a entender sua relação com o entorno, o papel da sociedade, das instituições e da cultura, e, assim sendo, precisamos também pensar a saúde emocional, o bem-estar e a saúde mental considerando-se não apenas aspectos individuais ou familiares, mas os elementos que constituem sociedades que desagregam, excluem, rotulam, oprimem, desvalorizam, objetificam e desumanizam determinados grupos e seguimentos, principalmente, por questões étnico-raciais e de gênero.

Estas questões balizaram a luta por equidade de gênero dentro da universidade, e, no caso da UNILA, ensejaram na aprovação da Política de Equidade de Gênero – PEG, por meio da Resolução CONSUN nº 18 de 2017 (UNILA, 2017) e, posteriormente,

conforme previsto, na constituição do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade pela Portaria de número 615 do ano de 2018 (UNILA, 2018), que será melhor detalhado na próxima seção.

A atuação do comitê se pauta por diferentes eixos temáticos, dispostos de forma transversal e que refletem uma visão interseccional sobre o que se entende pela busca da promoção da equidade de gênero em respeito aos diferentes tipos de diversidade.

As ações da Política de Equidade de Gênero da UNILA estão direcionadas por 4 eixos temáticos: Violência de gênero; Maternidade e Paternidade; Direitos da Comunidade LGBTQIA+; e Relações Étnico-raciais.

O eixo estruturante do tema de violência de gênero, explicita como meta o

[...] combate a qualquer ação ou conduta que atente contra a vida, a integridade física ou emocional ou a liberdade sexual e que tenha sido realizada tomando em consideração o sexo, a orientação sexual e/ou a identidade de gênero; bem como a criar mecanismos institucionais de assistência às mulheres vítimas de violência, observando-se o disposto na Lei nº 11.340/06 (UNILA, 2017).

Já o eixo “maternidade e paternidade” objetiva “incorporar as questões da maternagem e paternagem no cotidiano acadêmico” (UNILA, 2017), inferindo no compromisso de uma organização física/material da Universidade, bem como a inclusão da pauta dentro das políticas de permanência estudantil, bem como a adequação das exigências para progressão nas carreiras integrantes no corpo de servidoras e servidores (docentes e técnicos administrativos em educação).

A comunidade LGBTQIA+ está incluída como um eixo específico em razão da visibilidade necessária ao debate sobre os direitos desse grupo. O texto da PEG prevê a criação de mecanismos institucionais que previnam e enfrentem a violência e a discriminação contra a comunidade acadêmica de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, além de fomentar ações de empoderamento dessa parcela da comunidade acadêmica.

O eixo estruturante das relações étnico-raciais marca o combate ao preconceito racial e étnico institucionalizado e simbólico, a fim de garantir “[...] a existência de condições de equidade nos diversos aspectos da vida acadêmica” (UNILA, 2017).

Note-se que o tema da violência está presente em todos os eixos de alguma forma, sendo considerado, portanto, um tópico prioritário para atuação do Comitê. As

violências possuem um impacto direto na saúde emocional da comunidade. Vale lembrar que, segundo Saffioti (2015, p. 79) “[...] as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente”.

É importante ressaltar que

[...] o respeito à diversidade cultural latino-americana nas suas construções sociais relacionadas à identidade sexual e de gênero, bem como todas as complexas relações tramadas a partir dessas construções, é um dos princípios da PEG e orienta as ações do CEEGED na busca de uma universidade mais plural, inclusiva e, ao mesmo tempo, una e diversa (GASTALDIN; WEBBER, 2020, p. 11).

A amplitude dos eixos constantes na PEG é, pois, também atravessada pela diversidade de pessoas presentes no cenário intercultural da universidade, o que infere a necessidade de uma escuta plural, incluindo as vozes *bajas* das coletividades (BIDASECA, 2011), muitas vezes abafadas por narrativas hegemônicas e homogeneizantes.

Saúde emocional, acolhimento e acompanhamento: o CEEGED e o enfrentamento do machismo estrutural e institucional

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) nasceu com uma missão e um propósito, o de promover a integração entre os povos, a valorização da cultura e das identidades dos diferentes povos da América Latina e do Caribe e o de oferecer uma educação que pudesse romper com os padrões coloniais, pensando formas de inclusão e democratização do ensino e a promoção de um ambiente multicultural, pautado na interdisciplinaridade, no plurilinguismo e em diferentes tipos de saberes que superam o tradicional conhecimento acadêmico-científico do mundo universitário. Desta forma, a instituição busca, passados mais de dez anos de existência, garantir a presença de estudantes oriundos(as) de diferentes partes do continente, além de instituir programas específicos para o ingresso de pessoas refugiadas ou com visto humanitário, por exemplo.

Em um ambiente que persegue a igualdade e a equidade como lema, nada mais natural que as lutas de coletivos feministas, étnico-raciais, LGBTQIA+, entre outros, levassem a canalização de demandas em torno da desigualdade e violência de gênero, bem como o tema da diversidade para a construção da Política de Gênero na UNILA

(PEG). E esta política, aprovada em 2018, pelo Conselho Universitário, não tendo uma estrutura administrativa completa para seu acompanhamento, fez surgir um espaço para zelar pela sua execução e promoção, qual seja, o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade – o CEEGED-UNILA:

Devido à latente necessidade de uma instância que envolvesse a comunidade universitária na luta pela equidade de gênero, estimulando uma cultura de combate ao preconceito, à discriminação, à violência de gênero e promovendo o acolhimento da diversidade, o CEEGED foi criado (GASTALDIN; WEBBER, 2020, p. 7).

Este comitê é responsável por acolher, por ser a porta de entrada, tanto para mulheres quanto para o público LGBTQIA+, nessa instituição. E, além disso, os quatro diferentes eixos temáticos anteriormente explicitados se relacionam com a área de atuação principal do comitê, ao mesmo tempo que aponta ao reconhecimento de um prisma interseccional, ainda mais necessário em realidades marcadas por uma herança colonial, conforme já comentado.

Atualmente, o CEEGED é formado apenas por servidoras de modo a garantir não apenas a representatividade de gênero, mas propiciar um atendimento especializado, por uma equipe multidisciplinar de referência e identificação.

Diante do exposto, se faz necessário relatar como o CEEGED trabalha no sentido do acolhimento e do acompanhamento, primando pela saúde emocional, das pessoas atendidas, dessa forma visando não apenas o atendimento individualizado, mas a construção mesma de uma cultura que permita enfrentar o machismo estrutural que marca nossas sociedades, bem como o machismo institucional que está presente no mundo científico, acadêmico e no ambiente universitário, onde o comitê atua.

É fundamental explicar que o comitê de gênero de uma universidade não atua no sentido policialesco, não é uma instância judicial ou justiceira, tendo sua área de atuação circunscrita aos limites físicos e legais da instituição a qual pertence. Ademais, o afastamento deste caráter investigativo é o que permite ao CEEGED ser uma instância de referência para o acolhimento e apoio psicológico das pessoas em situação de violência de gênero, em especial às mulheres. Assim, o comitê configura-se em um espaço seguro, onde as demandas recebidas pelas mulheres¹, da comunidade

¹ O CEEGED visa atender um público mais amplo, considerando-se seus eixos de atuação, contudo, até o presente momento, as experiências de atendimento e acolhimento, em específico, se deram, sobretudo com as mulheres, cisgênero e heterossexuais.

acadêmica podem ser abertamente debatidas, com a segurança do respeito às decisões da mulher sobre a forma de condução de suas histórias – já que procurar o comitê não configura um registro formal de denúncia, o que poderia inibir grande parte das iniciativas de busca de auxílio por parte das mulheres. Este é um movimento essencial para a atuação do CEEGED no enfrentamento à violência, pois, como convida Bell Hooks (2020) é preciso conectar o pensamento feminista às problemáticas da violência.

Além disso, a configuração voltada ao acolhimento, apoio, orientação e encaminhamento de casos, permite também ao comitê atuar enquanto instância consultiva na construção de documentos, processos e procedimentos institucionais relacionados às questões de gênero – já que, mais uma vez, o debate aberto não está ligado a formalização de denúncias, às quais, naturalmente, se associariam a desdobramentos de cunho administrativo e, possivelmente, disciplinar.

O comitê de gênero da UNILA, portanto, nasceu para garantir a observação e a implementação da “Política de Equidade de Gênero” da instituição em seus diferentes eixos temáticos e interseccionais. Seu papel é de orientação, é informativo, educacional, seja considerando-se as possibilidades de eventos e atividades, campanhas e iniciativas voltadas para o público interno como também para a comunidade externa, através das parcerias estabelecidas com diferentes instituições e pela participação efetiva na Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da cidade de Foz do Iguaçu-PR.

Caso se apresente na universidade alguma situação de revisão de normativas e regulamentos ou construção de documentos, funcionamos como órgão consultivo e assessor. As membras do comitê ocupam as cadeiras destinadas à representatividade de temas sobre gênero e diversidade em diferentes comissões ou conselhos, a depender das demandas institucionais. Destaca-se a participação do CEEGED no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Foz do Iguaçu (CMDM) e no Grupo de Trabalho para a Elaboração da Política de Ações Afirmativas no âmbito da UNILA. Sobretudo, quando alguém da comunidade acadêmica necessita de orientações, deseja relatar alguma situação de violência ou abuso e busca por ajuda, encontra no comitê o local do acolhimento, do atendimento humanizado e especializado em lidar com questões de gênero e diversidade, seja esta pessoa docente, discente ou técnica administrativa em educação (TAE).

Os acolhimentos e atendimentos são agendados via correio eletrônico e a pessoa a ser acolhida tem a oportunidade de adiantar ou já expor parte da situação vivenciada na mensagem eletrônica encaminhada, se assim preferir. Em tempos de trabalho

presencial, havia a possibilidade de a comunidade, no horário de atendimento ao público externo, previsto, se dirigir à sala do CEEGED, seja para buscar informações, orientações e encaminhamentos como para buscar acolhimento em caráter emergencial ou mesmo agendar seu atendimento.

Conforme indicado, a equipe do comitê de gênero da UNILA é multidisciplinar e o primeiro contato em busca de acolhimento pode se dar com uma ou mais servidoras lotadas no comitê, que receberão a demanda apresentada e prestarão orientações, através de um processo que denominamos internamente como “*acolhimento*”. Já o serviço psicológico é agendado separadamente e o atendimento possui caráter sigiloso, pois o conteúdo trabalhado fica restrito somente à psicóloga e à pessoa atendida. Esse serviço nomeamos como “*apoio psicológico*” e/ou “*atendimento*”. As pessoas atendidas pela psicologia do CEEGED são aquelas que apresentam demandas relacionadas às questões de gênero. Aquelas que preferirem buscar diretamente (ou exclusivamente) o apoio psicológico, podem agendar atendimento através do correio eletrônico da nossa profissional em Psicologia.

Quando surgem, durante o apoio psicológico, demandas de atuação do CEEGED frente às questões trazidas em atendimento, a pessoa acompanhada é orientada a encaminhar a demanda em separado para o correio eletrônico do CEEGED, pois trata-se de assunto institucional, que ultrapassa o *setting* psicológico.

Já no ambiente remoto (online), possibilitado pelo uso de plataformas seguras, todos os agendamentos do CEEGED são exclusivamente feitos por correio eletrônico. Da mesma forma, durante a pandemia a psicóloga trabalha através de encontros virtuais, que permitem uma escuta qualificada da demanda trazida pelos membros da comunidade acadêmica – especialmente pelas mulheres, que são o principal público atendido pelo CEEGED. Parte deste acompanhamento implica em orientar as pessoas atendidas aos serviços prestados pela rede municipal de apoio em Foz do Iguaçu, com destaque ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), por realizar um “[...] atendimento baseado na perspectiva de gênero” (HICKMANN, 2019, p. 67). Considerando a condição fronteira do município, eventualmente faz-se presente a necessidade também de informar à comunidade sobre os serviços existentes nas cidades do nosso entorno, incluindo Puerto Iguazú (na Argentina) e Ciudad del Este (no Paraguai), bem como os canais nacionais de denúncia e acolhimento daqueles países.

É importante frisar que o comitê busca um atendimento diferenciado, compreensivo, empático e, em função disso, as servidoras que fazem parte do CEEGED

também realizaram e buscam sempre capacitações que versem sobre a temática, mas também diferentes tipos de abordagem e interação, propiciadas por formações em Comunicação Não Violenta (CNV), por exemplo, base das atuações de órgãos judiciários que atuam no sentido da Justiça Restaurativa, mas que também é uma ferramenta aplicada no ambiente organizacional e educacional, como é o nosso caso. A CNV foi criada por Marshall Rosenberg (2006) e é considerada uma técnica, um conjunto de ferramentas no campo da linguagem e da comunicação interpessoal no qual a empatia, a escuta atenta e a conexão entre as necessidades e os sentimentos das pessoas envolvidas se torna o elemento central para uma comunicação mais assertiva. A abordagem é buscada em formas de evitar e solucionar ou mediar conflitos, mas também para a promoção de atendimentos mais humanizados, eficazes e reconfortantes.

A UNILA experienciou um projeto chamado Universidade Restaurativa, em vigor entre os anos de 2017 e 2018 e articulado a partir da Comissão de Ética e da Ouvidoria institucionais. Durante este período foram realizadas capacitações, cursos, encontros, círculos restaurativos e seminários sobre o tema. Em 2019, o projeto foi premiado em Brasília, no âmbito do 5º Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão Nacional de Ética Pública. As servidoras do CEEGED participaram de diversas atividades, no período indicado. Posteriormente, a UNILA também ofertou um curso sobre CNV aos seus servidores e servidoras.

No ano de 2020, o CEEGED elaborou e apresentou à universidade a proposta de um “Programa Institucional de Incentivo à Adoção de uma Comunicação Não-violenta (CNV) no Âmbito da UNILA”, tendo como foco o enfrentamento ao *Cyberbullying*. Desde o início da pandemia, o comitê reforçou sua atuação através de campanhas educativas, através de eventos como oficinas, cursos, oferecidos ao público interno e externo à universidade, assim como este tem sido um momento para que sua equipe realize formações e capacitações que seguirão sendo fundamentais para a realização dos acolhimentos. É preciso transformar a realidade e a prevenção e educação são armas poderosas no combate à violência de gênero.

Só teremos condições de avançar e, de fato, contribuir para a saúde emocional das mulheres se tivermos um olhar que rompa com a cadeia de julgamentos pautada em lugares fixos, regras de comportamento e visões sobre o que significaria ser uma mulher. É urgente a abertura e desconstrução do que socialmente é posto como permitido, desejável ou aconselhável para desempenhar bem, aos olhos da sociedade, este papel. Somente assim também será possível compreender as dimensões do racismo como elemento de exclusão, de violência perpetrado contra estes corpos e que

somados a isso, outros elementos ganham contorno como a classe social e a origem e nacionalidade, em tempos e em uma instituição que nasceu com vocação internacional e recebe milhares de pessoas migrantes.

Assim como o sociólogo Durkheim (2004) olhou para o fenômeno do suicídio no século XIX apontando suas causas sociais e não os aspectos individuais, precisamos olhar para o sofrimento das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, da população negra, indígena, quilombola, com deficiência e imigrante entendendo que suas dores e dificuldades, seus dilemas e problemas, não refletem apenas questões individuais, de caráter e personalidade mas, sobretudo, refletem as condições sociais desses indivíduos marcados e marcadas por constantes violências. Faz-se necessário ressaltar que essas violências atravessam gerações e marcam todo o seu contexto familiar e comunitário porque são violências contra o que essas pessoas representam, os papéis que se impõe socialmente a serem representados por essas pessoas.

Nas sociedades modernas contemporâneas como as nossas e em ambientes como o meio acadêmico, essas exclusões se reforçam e os avanços em termos de acesso e representatividade, de equidade e justiça, bem como identidade para estes grupos, gera tensões, conflitos, reações adversas para manter o status quo, para se manterem privilégios e espaços de poder, o que gera mais violência sobre estas mentes e corpos e, assim, mais sofrimento psíquico e emocional. As injustiças, as violências, as exclusões, as desigualdades diversas, as discriminações, o discurso de ódio, o assédio de diferentes formas, acomete de modo sistemático, mais frequente e com mais intensidade a determinados grupos presentes em sociedade, o que faz cair por terra um discurso meramente procedimental de igualdade jurídica e política em regimes democráticos liberais, escancarando a necessidade de avanços substanciais para a garantia de justiça, equidade, liberdade concretas para diferentes setores e populações. É justamente na medida em que se dão conta destas desigualdades e decidem lutar por espaço que muitas pessoas se dão conta das experiências pregressas e das vivências atuais, em como as mesmas podem ser marcadas pela violência que indica que suas mentes e corpos precisam ser dominados e oprimidos.

Essa é uma dor que desvenda, para muitas pessoas, uma verdade além de uma realidade dura, perversa e tirânica, que hierarquiza pessoas e, assim mantém o pensamento colonial e suas práticas, mesmo em sociedades pretensamente modernas e que romperam com instituições que marcaram um regime antes excludente, por que as mesmas lógicas e símbolos se perpetuam. Lidar com esta carga, não é fácil. Chega a ser incompreensível, pois o liberalismo e sua face perversa neoliberal vendem a possibilidade de mobilidade social, riqueza, felicidade quase instantâneas, para todas as

peçoas, por se tratar de uma sociedade livre. Assim, muitas mulheres acreditam no amor romântico, na independência financeira, na ascensão profissional, em ocupar espaços de chefia, em se tornarem pesquisadoras e cientistas respeitadas, em serem mulheres de negócio, mas os padrões e regras determinam a inclusão de alguns e a exclusão de outros. Problemas enfrentados com colegas de sala, professores(as), colegas de trabalho, chefia, em entrevistas de emprego, no reconhecimento que nunca chega advindo dos seus esforços e dedicação, levam à incompreensão, sentimentos de culpa, inferioridade, baixa autoestima, principalmente, em mulheres, e ainda mais em mulheres negras, indígenas, mulheres da classe trabalhadora, mulheres camponesas, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres com deficiência, mulheres imigrantes. Enfim, mulheres. É em função destes aspectos, que precisamos entender a sociedade na qual vivemos, pois o pessoal é também político.

Considerações finais

A questão do etnocentrismo está presente em qualquer cultura. Na medida em que você é socializado, você recebe uma carga cultural muito grande, e você vai olhar o mundo através dessa perspectiva crítica.
(Lélia Gonzalez)

Por meio do exposto, destacamos o imenso desafio de trabalhar com questões de gênero em um ambiente como a UNILA. Para ouvir precisamos desconstruir e esse tem sido o caminho almejado pelo comitê que precisa se afinar com a visão e missão institucional, com os debates intelectuais cruciais na área de humanidades e ciências sociais, incluindo as questões mais latentes nos diferentes e diversos feminismos para repensar nossas práticas e serviços prestados.

Apesar de ser a colonialidade uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo de forma estável, esta matriz tem uma forma interna: existe, por exemplo, não só uma história que instala a episteme da colonialidade do poder e da raça como classificadores, mas também uma história da raça dentro dessa episteme; existe também uma história das relações de gênero dentro do cristal do patriarcado (SEGATO, 2012, p. 113).

Realizamos um debate que gira em torno da questão da colonialidade e de elementos interseccionais para depois avançarmos no entendimento sobre como estas questões estão presentes, são percebidas e são observadas em nosso *atendimento* e *acolhimento*, com vistas à promoção da saúde emocional das pessoas atendidas, não

apenas enquanto indivíduos, mas como representantes de um grupo, de um coletivo, de uma comunidade.

Qual é a responsabilidade do Estado e das próprias estruturas perpetuantes da colonialidade? Qual o lugar da universidade para operacionalizar mudanças em um ambiente acadêmico que por origem já é historicamente marcado pelo elitismo, pela segregação, pelo racismo e pelo machismo? Como essas dimensões operam para o adoecimento, principalmente de mulheres? E ainda mais se considerarmos os elementos interseccionais, como raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, classe social?

Compreende-se assim, como trabalhar com a diversidade de temas e de pessoas presentes no cenário intercultural que se apresenta nas universidades, e ainda mais na UNILA, bem como na sociedade contemporânea é, antes de tudo, uma oportunidade para repensarmos as nossas práticas profissionais e sociais, dando espaço a narrativas plurais na construção de um ambiente seguro, igualitário e equitativo.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013.
- BIDASECA, K. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café – Desigualdad, Colonialismo Jurídico y Feminismo Pós-colonial. **Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal**, v. 11, n. 17, 2011.
- DURKHEIM, É. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GASTALDIN, C.; WEBBER, M. A. Breve histórico das lutas e dxs lutadorxs do CEEGED. In: TONATTO, R. C.; OLIVEIRA, R. P. de (Org.). **Por Elas e por nossas lutas: igualdade e justiça nos debates de gênero e diversidade nas sociedades contemporâneas**. 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2020. p. 6-11.
- HICKMANN, A. L. **O CRAM no bairro: a atuação do centro de referência Rejane Marisa Dal Bó no combate à violência contra as mulheres**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Nómadas, 2007. n. 27. p. 239-242.
- MIGNOLO, W. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

Gênero, Decolonialidade e Direitos Humanos: Diálogos insurgentes

A Saúde Emocional e o papel do CEEGED-UNILA para uma prática acolhedora e abordagem de gênero pelo viés interseccional em ambiente universitário marcado pelo paradigma da decolonialidade

DOI: 10.23899/9786589284253.2

MIGNOLO, W. **Desobediência epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. p. 227-278. [Colección Sur Sur].

ROSENBERG, M. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 4. ed. São Paulo: Editora Ágora, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** – Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, Coimbra, v. 18, 2012.

UNILA. Política de Equidade de Gênero - PEG. **Resolução Conselho Universitário** – Consun, n. 18, 19 jun. 2017.

UNILA. Portaria Nº 615. **Constitui o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade – CEEGED**. 12 set. 2018.